

O movimento conservador norte-americano: genealogia política, genealogia intelectual¹

*Gabriel Romero Lyra Trigueiro*²

RESUMO

A partir da posse, em vinte de janeiro de 2017, do quadragésimo quinto presidente dos Estados Unidos da América, Donald John Trump, discutiremos a ainda pouco explorada ascensão do movimento conservador norte-americano, no pós-Segunda Guerra, como fenômeno intelectual autônomo, mas igualmente como um agente autoconsciente em uma esfera política da sociedade civil dos EUA, em sentido estrito. O artigo apresenta uma discussão filosófica e intelectual, a partir de autores de orientações políticas distintas, acerca daquilo que o cientista político Samuel Huntington chamou de “a ideologia conservadora”. Examinaremos ainda, a partir de um argumento desenvolvido por Lionel Trilling, em seu *The Liberal Tradition in America*, as especificidades históricas e culturais, de inequívoco corte liberal, da variante conservadora norte-americana. Por fim, o texto discute em que termos se deu, e se dá, o processo histórico de colonização da máquina partidária Republicana pelo movimento conservador norte-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo. Partido Republicano. EUA.

ABSTRACT

After January 21st, 2017, with the inauguration of the forty-fifth president of the United States of America, Donald Trump, this article discusses the still sparsely explored ascension of the post-Second World War American conservative movement, as an independent intellectual phenomenon, as well as a self-conscious agent inside the political sphere of American civil society, in strict sense. The article presents a philosophical and intellectual discussion, based on authors with distinct political orientations on what the political scientist Samuel Huntington called “the conservative ideology”. The article also examines, from an argument developed by Lionel Trilling, in his “The Liberal Tradition in America”, the historical and cultural specificities of American conservative variant, which contains an unequivocal liberal point of view. Finally, the text discusses the historical process through which the American conservative movement colonized the Republican party machine.

KEY-WORDS: Conservatism. Republican Party. USA.

¹ As ideias e argumentos apresentados neste artigo surgiram originalmente a partir de uma conferência apresentada ao grupo “BEEMOTE: grupo de estudos e pesquisa em teoria política e pensamento político brasileiro.”, no IESP-UERJ, em 12 de maio de 2017.

² Gabriel Romero Lyra Trigueiro. Doutor pelo Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. gabrielromerotrigueiro@gmail.com

Vinte de janeiro de 2017 poderia ter sido mais um dia comum de inverno nos Estados Unidos da América, exceto pelo fato de que precisamente nessa data tomava posse o quadragésimo quinto presidente dos EUA: Donald Trump. Não fosse pela reunião incomum de predicados superlativos – o presidente eleito *mais rico*, o *mais velho* e o *único* sem qualquer experiência nas forças armadas e na administração pública –, provavelmente o dia de sua posse não seria tão destoante assim das liturgias e cerimônias historicamente habituais no Capitólio, em Washington.

O problema, no entanto, é que se as características pessoais, sobretudo de personalidade e temperamento, de Donald Trump não podem ser descritas como “habituais”, o mesmo se aplica à sua trajetória política recente – que pode, sem prejuízo algum, ser descrita como uma espécie de tragédia em dois atos.

O primeiro ato ambientado no interior da máquina do Partido Republicano, rumo à sua incomum nomeação após o violento processo de primárias. O segundo nas próprias eleições gerais, um encadeamento dramático que culminou com um final catártico: a derrota da candidata do Partido Democrata, Hillary Diane Rodham Clinton, provavelmente um dos políticos mais experientes de sua geração.

Assim que Donald Trump despontou como um forte candidato à nomeação Republicana, ainda no primeiro ato da tragédia, a grande imprensa – fosse ela de clivagem progressista ou conservadora – não hesitou em brindá-lo com toda a sorte de epítetos negativos.

Aqui, todavia, mais interessante do que recordar a cobertura feita pela imprensa *liberal*, no mais das vezes editorialmente alinhada ao Partido Democrata, é lembrar as inúmeras colisões ocorridas entre a candidatura Trump e o *establishment* Republicano.

Para ficarmos apenas em dois dos episódios mais emblemáticos, ocorridos ainda durante as primárias, Donald Trump dirigiu pesados ataques à Megyn Kelly, uma das maiores estrelas jornalísticas do canal a cabo conservador *Fox News* – o que rendeu a ele a antipatia declarada de um

dos principais vértices do *establishment* conservador norte-americano.³ Além disso, já é histórica a edição especial da *National Review* –basicamente a publicação que inventou o moderno movimento conservador norte-americano, tal qual o conhecemos – na qual inúmeros intelectuais de diversos segmentos do movimento se uniram diante de um inimigo comum: a candidatura de Donald Trump à presidência dos EUA.⁴

É necessário prestar aqui um importante esclarecimento ao leitor: só é possível compreender o quadro geral no qual se encontra atualmente o movimento conservador norte-americano se formos capazes de retroceder até a gênese de sua versão moderna, no período que se seguiu imediatamente à Segunda Guerra Mundial. Antes, entretanto, é preciso ainda traçar limites conceituais bem definidos quanto a ideia de conservadorismo. Ao menos com relação à sua contraparte filosófica norte-americana, ao longo da segunda metade do século XX.

Conservadorismo: conceitos, definição

Examinando uma leitura à esquerda, como a do historiador norte-americano Corey Robin, por exemplo, há a ideia central segundo a qual o conservadorismo seria a “voz teórica do ânimo contrário à agência das classes subalternas” (ROBIN, 2011, p. 7). Isto é, à filosofia conservadora poderia ser facilmente negado o status de um argumento politicamente complexo, com idiossincrasias e demais especificidades epistemológicas, sem maiores prejuízos de compreensão.

³ Cf. Paola Chavez.

A History of Donald Trump-Megyn Kelly Feud.

ABC News.

<http://abcnews.go.com/Politics/history-donald-trump-megyn-kelly-feud/story?id=36526503>

Acessado em: 03 de maio de 2017.

⁴ Cf. Against Trump.

National Review.

<http://www.nationalreview.com/article/430137/donald-trump-conservative-movement-menace>

Acessado em 03 de maio de 2017.

Segundo essa leitura, o pensamento político conservador deveria ser interpretado como uma espécie de argumento *ad hoc* a fim de prover justificativas e racionalizações teóricas a qualquer disposição contrária ao exercício de autonomia política, econômica e intelectual das chamadas “classes baixas”.

Ainda nessa chave, o pensamento conservador deveria ser lido como um tipo de disposição intelectual a serviço não apenas do *status quo*, mas igualmente como um tipo de sensibilidade reiterativa das noções de comando e deferência estabelecidas ao longo do tempo na sociedade – referendadas pela história, cultura, tradição e os costumes de um povo. Isto é, sancionadas ao fim e ao cabo pela ideia de prescrição⁵ e consuetudinarietà. De todo modo, Robin afirma o ânimo classista do argumento conservador ao apontar para aquilo que classifica como o principal incômodo dessa visão de mundo: as súbitas irrupções na estrutura de poder privada.

Dito de outra forma, para Robin a perspectiva conservadora é invariavelmente condicionada a um viés das classes altas. Não seria por outro motivo, por exemplo, que ao se deparar com qualquer tipo de agitação democrática, os conservadores não pensariam em termos de expansão de *direitos e liberdades*, e sim na hipótese de que as instituições fiadoras da *ordem social e política* estariam sob ameaça. Isto é, a percepção conservadora se organizaria a partir de um léxico próprio, no qual a ênfase recairia na ideia de estabilidade, prudência⁶ e ordem.

⁵ Como quase todo o pensamento conservador anglo-saxão moderno, compreende-se o estatuto da prescrição quando examinamos o sentido emprestado e consagrado pelo político e homem de letras do século XVIII Edmund Burke. De acordo com ele, a prescrição é o conceito responsável pelo freio às mudanças radicais nas instituições e princípios mantenedores da coesão social e política das comunidades. Uma vez que esse repositório de sabedoria/costumes/tradição/cultura não seja levado em consideração, ou mesmo quando ele é atacado conscientemente e frontalmente, os indivíduos logo se tornam “deslocados de uma matriz de crenças compartilhadas e ficam vulneráveis a um sem-número de enfermidades: o autointeresse desregulado, a busca pelo poder absoluto, além de toda a sorte de paixões”. Cf. DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. New York: Cambridge University Press, 2012, posição 5096 de 7560.

⁶ A ideia de prudência no léxico do conservadorismo anglo-saxão, a exemplo do estatuto da prescrição, é derivada da concepção particular adotada por Edmund Burke. Burke, por sua vez, seguia o entendimento de Cícero e Aristóteles acerca da matéria. Isto é, a prudência, nesse sentido, é uma espécie de mecanismo responsável pela orientação do indivíduo na busca pelo bem. Dito de outra

Já para o crítico cultural George Steiner, há que se levar em consideração o aspecto antiteórico da escrita contrarrevolucionária: isto é, um argumento que se articula em oposição àquilo que interpretou como o uso de uma “teoria política abstrata e da tentativa de impor projeções analíticas e sistemáticas naquilo que constitui o caráter essencialmente irracional, instintivo e contingente das questões humanas” (STEINER, 1989, p.135).

Steiner lê o argumento conservador, ou contrarrevolucionário, na mão oposta à de Robin (2011). Isto é, não como uma estratégia consciente de manutenção de uma determinada estrutura de poder, mas basicamente como uma tradição política informada por um certo pessimismo antropológico.

Além disso, se trataria de uma *filosofia da história* constituída pela conjunção peculiar de transcendência e pessimismo. Sob a ótica do argumento conservador, a história humana poderia ser descrita como a sucessão de injustiças e misérias. Para Steiner, essa espécie de teoria *Whig* da história *ao avesso*, é evidente, se explicaria devido à condição caída do homem.

George Steiner evidencia na imaginação conservadora, senão um caráter derivativo, ao menos um substrato filosoficamente análogo à perspectiva teológica cristã. A *desgraça* humana – literalmente, a ausência da Graça divina –, é lida como uma espécie de axioma. Isto é, se o homem é uma criatura falível, algo que no mais das vezes é concebido como um tipo de fatalismo epistemológico conservador, qualquer ensaio de revolução está

forma, é a prudência que auxiliará o indivíduo na persecução da atitude reta, em compasso estrito com a virtude, levando-se em consideração o sem-número de circunstâncias contingenciais passíveis de constranger, frustrar ou limitar esse mesmo objetivo. Para Burke, e por conseguinte para os conservadores norte-americanos que o tomariam como influência incontestada dois séculos depois, a ideia de prudência era o principal antídoto ao pensamento racionalista dos modernos que julgavam perceber “padrões geométricos de racionalidade” no pensamento político dos homens. Cf. DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. New York: Cambridge University Press, 2012, posição 512 de 7560.

fadado ao fracasso e deverá ser interpretado como nada menos que uma ação *pecaminosa*, portanto.

A única e real revolução seria aquela descrita no Livro da Revelação. Todo impulso de precipitá-la, sobretudo se essa antecipação fosse articulada por qualquer tipo de tribunal revolucionário, redundaria em nada menos que uma *blasfêmia* (STEINER, 1989, p. 148).

Daí chegamos à consequência lógica do argumento conservador: quaisquer tentativas de rupturas abruptas na ordem política e social redundariam na gênese de um cenário ainda pior. Algo que nos leva, aliás, à perspectiva adotada pelo cientista social Albert O. Hirschman, a partir de seu modelo de três variáveis, ou teses, principais: 1) a da perversidade; 2) a da futilidade; 3) a do perigo.

De acordo com a tese da perversidade, determinada ação política poderia gerar, a partir de “uma cadeia de consequências imprevistas” (HIRSCHMAN, 1991, p.10), o oposto da intenção inicial. É a noção, em outros termos, de que tentativas *top-down* de definir o curso de ação da sociedade para determinada direção específica acabaria por levá-la, acidentalmente, para a direção oposta.

Isso pode ser ilustrado na retórica empregada por Edmund Burke em seu *Reflexões sobre a Revolução em França* – sobretudo a partir da percepção algo fatalista de que os ideais universais e abstratos de *liberdade, igualdade e fraternidade* só poderiam degenerar, primeiramente, no despotismo jacobino e, adiante, em algum fenômeno político autoritário, tal qual viria a ocorrer com o bonapartismo.

Segundo a percepção de Burke, o jacobinismo deveria ser interpretado como uma espécie de oligarquia que havia emergido a partir do vácuo de poder deixado pelos escombros da aristocracia e da igreja. Para Hirschman, entretanto, a interpretação de Burke, sempre dirigida a um contexto histórico/social/político específico, se tornaria uma rígida *lei histórica* arraigada na visão de mundo dos conservadores norte-americanos do pós-Segunda Guerra.

Sobre a tese da futilidade, há o argumento de que mudanças aparentemente radicais invariavelmente acabarão se revelando *superficiais*, *cosméticas* e *inúteis*. Nessa toada, a adoção de uma agenda progressista é interpretada como algo frívolo, uma vez que as estruturas profundas da sociedade permanecerão reiteradamente inertes.

A tese do perigo se refere ao custo indeterminado da expansão de direitos sociais e políticos aos indivíduos. Dito de outro modo, é a advertência de que a busca por mudanças políticas abruptas pode colocar sob risco benefícios e direitos aparentemente já consolidados. Portanto, convém a adoção de uma atitude pautada pela ideia de prudência, além de algum gradualismo, por certo.

Hirschman recorda o caso da Grã-Bretanha ao longo século XIX, uma ilustração exemplar de sua tese do perigo. Sobretudo as inúmeras disputas políticas entre a pequena nobreza e seus antagonistas – isto é, os atores interessados na expansão e extensão dos direitos políticos existentes à época. Esses embates ocorreriam no Parlamento, na imprensa e nas ruas. Os Atos de Reforma, de 1832 e 1867, foram os responsáveis políticos pelo início e agravamento do processo.

O Ato de Reforma, de 1832, por exemplo, estendia o direito ao voto a todos os homens com propriedades em áreas urbanas – algo que, ainda assim, excluía 90% da população masculina (HIRSCHMAN, 1991, p. 89). De todo modo, pela primeira vez uma classe alta – comercial e industrial – obteve acesso a uma série de privilégios políticos até então circunscritos à aristocracia.

O debate se articulava da seguinte forma: de um lado havia os *tories*, refratários ao Ato de Reforma. Do outro, os *whigs*, favoráveis à inclusão de uma classe alta, ligada ao comércio e à indústria, no quadro dos detentores de direitos políticos – antes disponíveis apenas à nobreza. Entretanto, a perspectiva *whig* se posicionava contrária à extensão desses direitos às massas. Ainda assim, *tories* e *whigs* convergiam sob um aspecto básico: a

ideia de que a ampliação da democracia britânica poderia pôr sob risco as liberdades políticas então existentes.

Já em 1867, no decurso do Segundo Ato de Reforma, ocorreria uma extensão ainda mais severa do ideal democrático. O sufrágio masculino passaria agora às camadas médias e mesmo a algumas parcelas da classe trabalhadora. De todo modo, continuavam mantidas restrições significativas a amplos setores da sociedade: de ordem monetária, bem como, com relação às pessoas que viviam em distritos rurais.

Apesar disso, do primeiro Ato, em 1832, ao segundo, em 1867, era inegável observar que estava em curso na sociedade britânica uma ligeira expansão dos direitos políticos, sempre em direção a um ideal democrático de ampliação de garantias. Aqueles que se insurgiam diante desse fenômeno, argumentavam que a consequência inequívoca seria o desmantelamento das liberdades já conquistadas.

Outra ilustração da tese do perigo pode ser apontada no século XX, destacando-se os argumentos utilizados por Friedrich Hayek – tanto em seu *O Caminho da Servidão*, de 1944, quanto no *A Constituição da Liberdade*, de 1960. Ainda que Hayek jamais tenha se classificado como um conservador, sua retórica e mesmo sua imaginação política sempre tiveram apelo diante dos membros dessa tradição política nos EUA.

Trata-se de um modelo discursivo organizado a partir das seguintes premissas e disposição lógica: 1) raramente os indivíduos são capazes de entrar em consenso sobre um número grande de ações; 2) um governo só é democrático se ele é consensual; 3) o governo democrático só é possível quando o Estado delimita o exercício de suas atividades aos poucos indivíduos com os quais a sociedade está em consenso; 4) o corolário é o de que invariavelmente a cada vez que o Estado aumentar suas funções a democracia e a liberdade estarão sob grave risco.

A partir desse encadeamento lógico, entende-se o motivo de Hayek interpretar o avanço do *welfare state* britânico como uma ameaça potencial às liberdades já consolidadas. Aqui também me parece adequado destacar

um ponto razoavelmente consensual entre os conservadores norte-americanos do pós-Segunda Guerra: a reivindicação para si de um status não-ideológico. Isto é, a ideia recorrente de que ideológico é sempre o *outro* e, invariavelmente, o seu antagonista político progressista.

Para alguém como Russell Kirk, por exemplo, a ausência de um texto fundacional conservador, algo equivalente a um *O Capital* ou *A Riqueza das Nações*, qualificaria portanto o argumento conservador como não-dogmático. Isto é, como um discurso amparado tão somente em uma espécie de derivação “do que os mais ilustres escritores e homens públicos conservadores professaram ao longo dos últimos dois séculos” (KIRK, 2013, p. 103).

Ainda para Kirk, a suposta ausência de um modelo teórico paradigmático conservador, caracterizaria o conservadorismo como “um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social” (idem). De acordo com ele, se trataria de uma posição sustentada a partir de um conjunto de sentimentos, e não de qualquer tipo de dogma ideológico.

É igualmente interessante ressaltar a perspectiva algo historicista feita por Kirk.⁷ De acordo com ele é possível enumerar alguns princípios conservadores distintivos de uma espécie de sensibilidade política, cultural e estética particular, ainda que todos devam ser interpretados como sendo pautados invariavelmente por uma métrica circunstancial e condicionada pelo contexto histórico de turno. Levando-se isso em consideração, Russell Kirk lista aquilo que seriam os “dez artigos de fé” referentes ao conservadorismo norte-americano emergido no pós-Segunda Guerra.

Em primeiro lugar, a crença na existência de uma “ordem moral duradoura”. Em outras palavras, a convicção de que há algo como uma natureza humana constante, além de “verdades morais” imutáveis. Para Kirk, subjacente à essa formulação, reside a ideia de *harmonia*.

⁷ A propósito da discussão conservadorismo x historicismo, é interessante analisar a crítica straussiana a respeito do pensamento político de Edmund Burke. Conferir, por exemplo, LENZNER, Steven J. Strauss's Three Burkes: The Problem of Edmund Burke in Natural Right and History. *Political Theory*, v. 19, n. 3, p. 364-390, ago/1991.

Reivindicando certa noção platônica de *ordem*, ele argumenta que é imperativo a coexistência harmônica da “ordem interna da alma” com “a ordem externa da comunidade”.

Ainda segundo Kirk, uma das coisas que define um conservador é a crença inabalável de que todas as questões sociais devem ser interpretadas como derivativas de uma questão primária de moralidade privada. Isto é, levando-se em consideração a adoção de uma crença em uma ordem moral duradoura, com noções bem delimitadas de certo e errado, além de convicções do que é o justo e o honrado, pouco importaria o sistema político adotado por uma sociedade x ou y.

Em segundo lugar, a noção de que o conservador adere aos costumes, à convenção e à continuidade. O argumento aqui utilizado por Kirk se refere à percepção de que é a partir da adesão às convenções que nos tornamos capazes de evitar um sem-número de disputas inúteis acerca de direitos e deveres. Em outras palavras, é a ideia de que aquilo que constitui as leis são os corpos de convenções, consubstanciadas agora em um ordenamento jurídico particular. Além disso, Kirk argumenta que o escárnio às convenções, frequentemente dirigido pelos revolucionários aos antigos costumes e instituições, invariavelmente cobra um preço alto demais: a necessidade da criação de *novos* costumes e instituições – um processo lento, dificultoso e reiteradamente de qualidade inferior ao ordenamento original.

Os conservadores, diante dessa premissa, adotam uma visão de mundo segundo a qual “ordem”, “liberdade” e “justiça” não são dados naturais abstratos. Ao contrário, devem ser percebidos como resultados artificiais de uma duradoura experiência social. Isto é, qualquer mudança ou ímpeto reformista deveria estar sempre pautado por uma ideia de prudência, “gradual e judiciosa” (KIRK, 2013, p. 106).

Em terceiro lugar, os conservadores acreditam no princípio da “consagração pelo uso”. Isso significa na prática a interpretação de que alguns direitos são sancionados pelo tempo. Aliás, mais do que isso, significa a ideia de que mesmo a nossa moralidade, a nossa política e nossos critérios

estéticos são igualmente sancionados através da história e tradição. É um pressuposto que parte de uma concepção de ceticismo diante da sabedoria do indivíduo, mas de confiança com relação à sabedoria da comunidade.

Em quarto lugar, conservadores são guiados pelo princípio da *prudência*. Um imperativo político, sobretudo levando-se em consideração a intuição moral de que reformas rápidas e violentas invariavelmente colocam sob risco o delicado equilíbrio e harmonia da ordem social e política.

Em quinto lugar, os conservadores aderem ao princípio da *variedade*. Isto significa uma imputação de uniformidade ao igualitarismo dos sistemas radicais. Em contraposição reside a crença de que a única forma de manutenção de uma diversidade conveniente à sociedade é a partir da manutenção de “ordens e classes, diferenças de condição material, e muitos tipos de desigualdade”.

Subjacente a esse argumento há a ideia de que, a reboque de qualquer tentativa revolucionária de supressão das distinções naturais e institucionais entre as pessoas, haveria a pavimentação involuntária de caminho para o domínio de algum tirano ou oligarquia.

Em sexto lugar, os conservadores são movidos por um ânimo sempre crítico à ideia de perfectibilidade humana. Por conseguinte, qualquer tentativa de criar uma ordem social e política perfeita é vista com ceticismo e desdém intelectual. Além disso, existe a advertência conservadora sempre presente: uma vez que as “defesas morais e institucionais” sancionadas pelo teste do tempo são abolidas, logo o impulso anárquico do homem se encontra livre para cometer toda a sorte de desvios e desatinos.

Em sétimo lugar, os conservadores acreditam que a liberdade e a propriedade são conceitos intimamente ligados. A estabilidade de uma comunidade política estaria, assim, intimamente ligada à ideia de propriedade. Além disso, o conservador compreende que a propriedade atua como um vínculo capaz de estabelecer um conjunto de deveres, de obrigações legais e morais, ao seu possuidor.

Em oitavo lugar, os conservadores se lançam em defesa daquilo que chamam de “comunidades voluntárias”. O argumento utilizado aqui por Kirk se refere a certo associativismo presente nos EUA e responsável por temperar a sensibilidade norte-americana afim da privacidade e ao individualismo. É, ao fim e ao cabo, o pressuposto básico de que as decisões políticas que afetam de modo direto e concreto os cidadãos devem ser tomadas em escala local, além de voluntariamente.

É precisamente essa espécie de comunitarismo que provê uma blindagem a possíveis ações despóticas do poder central, argumenta Kirk. A partir da interpretação desse princípio, qualquer iniciativa de transferência de atribuições políticas para uma autoridade administrativa distante implicaria em uma alienação da comunidade com relação ao processo decisório. Algo que redundaria em um problema de *consentimento* político, portanto.

Em nono lugar, os conservadores veem a necessidade de limites prudentes sobre o poder e as paixões humanas. Em termos gerais, significa afirmar uma simpatia às restrições constitucionais, ao sistema de freios e contrapesos políticos e ao cumprimento adequado do ordenamento jurídico.

Por fim, em décimo lugar o conservador crê na coexistência harmônica entre “permanência” e “mudança”. Isto é, ainda que boa parte do conservadorismo se baseie em uma atitude de ceticismo dirigida à ideia genérica de progresso, isso não implica, de modo algum, afirmar qualquer tipo de hostilidade à uma postura reformista que seja responsável e prudente.

Ainda mais interessante do que apontar a autoclassificação política conservadora, é sinalizar como ela frequentemente se define pelo contraste. Nesse sentido, é instrutivo destacar a diferenciação operada por Russell Kirk entre o que ele define como “impulso conservador” e “impulso radical”.

Ao falar de impulso conservador, refiro-me à inclinação de apoiar uma ordem social venerável, uma ordem social estabelecida, uma sociedade de

comunidades voluntárias e instituições salutareas como a propriedade privada e o governo representativo. Com a expressão “impulso radical”, refiro-me ao desejo de emancipar todos os povos (quer queiram ou não) das obrigações morais, derrubar o Estado e a Igreja, produzir um coletivismo igualitário, descartar todas as estruturas do passado. O impulso radical trai a civilização em nome do que Burke chamou de mundo antagonista; e foi nesse antimundo que, nos últimos dois séculos, caiu a maior parte dos povos da Terra. (KIRK, 2013, p. 119)

A iniciativa de classificar o conservadorismo como um “impulso” é análoga à proposição do filósofo político britânico Michael Oakeshott, sob a qual o argumento conservador é interpretado como uma “disposição” (*a conservative disposition*) (OAKESHOTT, 1991).

Em ambos os casos subjaz a rejeição inequívoca da ideia de que o argumento conservador poderia ser compreendido como qualquer tipo de ideologia política ordinária.

Aqui, entretanto, cabe recordar a caracterização feita pelo cientista político norte-americano Samuel Huntington (1957 n° 2, pp. 454-73). De acordo com ele, a tradição conservadora deve ser interpretada como um impulso que é expresso invariavelmente quando um grupo político se subleva diante das instituições da ordem social e política de turno.

A ideologia conservadora, e aqui é muito importante que sublinhemos a sem-cerimônia de Huntington ao se valer do termo “ideologia”, é basicamente uma reação aos ataques dirigidos a essa ordem, logo deve ser concebida como uma ideologia circunstancial, delimitada a um contexto histórico específico e, em tempo algum, em termos abstratos, gerais e absolutos.

Embora o conservadorismo deva ser classificado como uma ideologia eminentemente múltipla e circunstancial, Huntington depreende alguns de seus principais traços distintivos.

Segundo ele, o argumento conservador subsiste a partir de:

a) uma crença de que a sociedade é fundada por um substrato religioso;

b) uma interpretação da sociedade como um organismo natural, cujo crescimento é lento e orgânico;

c) uma base de compreensão antirracionalista, na qual o homem não se pautaria apenas pela razão, mas igualmente por seus instintos, emoções, preconceitos e experiência;

d) uma interpretação de que os deveres comunitários, e todo o conjunto não-escrito de obrigações que daí advém, possuem uma distinção superior à noção de “indivíduo”;

e) uma convicção de que a desigualdade é um atributo inato aos indivíduos e

f) uma atitude de suspeição diante de qualquer programa político que não seja baseado em experiências reais.

Para além das definições conceituais e abstratas, é imperativo que examinemos agora, ao menos em linhas gerais, a genealogia intelectual e política do moderno movimento conservador norte-americano.

Conservadorismo liberal ou liberalismo conservador?

Há incontáveis formas de se narrar esta história, é verdade. É igualmente verdade que o marco inicial mais utilizado, ou por outra, o *recurso narrativo* habitual é o apelo ao clichê: nesse caso a conhecida paráfrase ao crítico cultural Lionel Trilling, em seu *The Liberal Imagination*, a de que

In the United States at this time liberalism is not only the dominant but even the sole intellectual tradition. For it is the plain fact that nowadays there are no conservative or reactionary ideas in general circulation. This does not mean, of course, that there is no impulse to conservatism or to reaction. Such impulses are certainly very strong, perhaps even stronger than most of us know. But the conservative impulse and the reactionary impulse do not, with some isolated and some ecclesiastical exceptions, express themselves in ideas but only in action or in irritable mental gestures which seek to resemble ideas (TRILLING, 2008, p. xv).

A interpretação padrão da fala de Trilling é a de que ela se referia especificamente ao ambiente público que *antecedeu* a emergência do moderno movimento conservador norte-americano. Isso significa afirmar que ela apontava para um determinado *status quo* no qual não havia ainda a articulação de um movimento conservador dotado de razoável autoconsciência e de traços identitários bem definidos. Essa, inclusive, foi a chave interpretativa adotada por mim, na minha tese de doutorado. No entanto, na edição de *The Liberal Imagination* publicada em 2008, há uma bela introdução escrita pelo crítico cultural Louis Menand, a partir de uma premissa completamente diferente.

Segundo a interpretação de Menand, jamais se pode perder de vista o estilo elíptico da escrita de Lionel Trilling. Em outras palavras, isso significa afirmar na prática que a famosa passagem de Trilling, frequentemente citada e acima destacada, poderia se referir não à *ausência* de um movimento conservador com contornos objetivamente delimitados, mas sim à existência de uma sensibilidade liberal pautando *até mesmo aquilo que se passa por ideias conservadoras* no debate público norte-americano.

Em primeiro lugar, é preciso atentar para algo importante: em momento algum há uma definição explícita do conceito de “liberal”. Trilling em seu *The Liberal Imagination*, talvez nos dê alguma pista do grau de ubiquidade do liberalismo nos EUA, segundo sua percepção.

Como Menand recorda, o altíssimo nível de polissemia do termo liberal, nos EUA, é tal que

There is the liberalism of markets and individualism, and there is the liberalism of planning and the collective. Someone who thinks that hate speech should be banned is usually called a liberal, but someone who thinks that freedom of speech should be absolute is usually a liberal, too (TRILLING, 2008, p. viii).

Aqui é importante recordarmos a leitura que Trilling faz sobre as ideologias e crenças políticas. Para ele, a maior parte da sociedade jamais

poderia ser classificada como composta por ideólogos. Isto é, na maioria dos casos não há grande coerência intelectual na política dos indivíduos.

Segundo sua interpretação, nossa visão política seria o produto final derivado de uma mistura de sentimentos, costumes e aspirações morais. O fato de que Trilling classifique a visão política como algo que careça de rigor e coerência não implica afirmar que a mesma visão não gere a todo tempo consequências práticas na realidade concreta.

Ao contrário, é justamente a naturalização de certos “sentimentos, costumes e aspirações morais” de modo acrítico que seria o principal elemento responsável pela falta de autoconsciência das classes letradas. A propósito, e esta é a persuasiva tese proposta por Menand, o grande argumento feito por Trilling é o de que essa falta de autoconsciência nos EUA, a respeito da sua matriz liberal quase inconsciente – aquilo que Louis Hartz chamou de “lockeanismo irracional” em seu *The Liberal Tradition in America* – cortaria da esquerda à direita no espectro ideológico. Como ele pontifica:

In Trilling's view, the assumption all liberals share, whether they are Soviet apologists, Hayekian free marketers, or subscribers to *Partisan Review*, is that people are perfectible. A liberal is someone who believes that the right economic system, the right political reforms, the right curriculum, the right psychotherapy, and the right moral posture will do away with unfairness, snobbery, resentment, prejudice, tragic conflict, and neurosis. A liberal is a person who thinks that there is a straight road to health and happiness (TRILLING, 2008: ix).

Então, resumo da ópera, quando Lionel Trilling escreve que “In the United States at this time liberalism is not only the dominant but even the sole intellectual tradition”, ele estaria se referindo a certa sensibilidade liberal que seria tão pervasiva a ponto de condicionar tanto uma visão de mundo coletivista quanto uma que fosse basicamente individualista.

O liberalismo seria portanto o conjunto interseção no qual coexistiriam, por exemplo, economistas hayekianos da Escola de Chicago,

mas, igualmente, os progressistas do início do século XX, simpáticos ao experimento soviético.

Obviamente afirmar isso não significa colocá-los todos na mesma vala comum política e intelectual. Significa, isto sim, perceber alguns importantes elementos epistemológicos de convergência: racionalismo, otimismo antropológico e a crença em uma ideia de perfectibilidade social, por exemplo. É bem verdade que superficialmente a observação de Trilling pode soar como uma *boutade* intelectual, ou talvez um truísmo, no entanto ela está amparada em uma observação histórica e cultural feita com acuidade e rigor.

Para que compreendamos o argumento de Trilling, é necessário que recorramos à outra ideologia política: o republicanismo britânico – nas palavras do historiador norte-americano Gordon Wood, uma ideologia “tão radical para o século XVIII quanto o marxismo seria para o século XIX” (WOOD, 2013, p. 119). É importante que esteja claro o fato básico de que o republicanismo significava algo muito além da mera conjunção de destituição de poder do rei mais um sistema de governo eletivo.

O discurso e a imaginação providos pelo republicanismo guarneciam os colonos revolucionários de um léxico, e de um repertório moral e idealista na luta pela separação da Inglaterra. Para ser mais exato, o argumento republicano advogava uma mudança drástica nos valores e no próprio caráter da sociedade americana (*idem*).

O republicanismo cívico que animava os colonos era filosoficamente derivado da chamada “ideologia rural” britânica. Essa ideologia era fundamentalmente de oposição à ideologia *mainstream* que provia a base de sustentação intelectual do Império Britânico: a chamada “ideologia da corte”.

A ideologia rural, entretanto, se ligava intelectualmente a correntes de pensamento político que remontavam à Antiguidade. Essas escolas clássicas basicamente explicavam o declínio da República de Roma. Além disso, forneceria as bases sobre as quais se assentaram os principais ideais

e valores do republicanismo cívico: moralidade social, bem-estar, cidadania e saúde política.

Ao longo da crise imperial, os colonos americanos argumentavam com frequência que a revolução que estava em curso era meramente afirmativa dos valores da Constituição inglesa. De acordo com essa interpretação, portanto, a Revolução Americana era muito mais uma revolução de *restauração* (de antigas liberdades dos colonos que haviam sido usurpadas pela Coroa) e, além disso, gozava de um caráter constitucionalista.

O problema, entretanto, era que essa afirmação dos revolucionários expressava, no máximo, uma meia-verdade. Isto é, a rigor os princípios constitucionais defendidos pelos americanos estavam em descompasso com aqueles defendidos majoritariamente pela classe dominante inglesa em meados do século XVIII.

Não é possível compreender o pensamento político dos colonos americanos sem examinarmos a mistura peculiar de influências pelas quais eles foram expostos. Se por um lado havia a leitura atenta das obras políticas e filosóficas de alguém como John Locke, ao mesmo tempo se consumia um sem-número dos escritos de panfletistas ingleses populares no século XVIII. Refiro-me a nomes como John Trenchard, Thomas Gordon, além de literatos como Alexander Pope e Jonathan Swift.

Em comum entre esses autores existia uma espécie de sensibilidade crítica às mudanças bruscas (políticas, sociais e econômicas) que estavam em curso ao seu redor. No geral eles lamentavam o declínio dos valores tradicionais a partir da comercialização do modo de vida inglês, precipitada por instituições como o Banco da Inglaterra, o mercado de ações, poderosas sociedades anônimas e a enorme dívida pública (WOOD, 2013, p. 85).

Segundo a percepção geral desses autores, a principal culpa por esse estado de coisas deveria recair sobre a Coroa Britânica. Logo, comandavam uma ofensiva “rural” diante da corrupção e desmandos da corte. A oposição rural pode ser compreendida como um desdobramento histórico das ideias políticas de oposição puritana aos reis Stuart, James I e Carlos I. A

propósito, a própria Guerra Civil Inglesa, em meados do século XVII, pode igualmente ser explicada, ainda que em parte, pelo embate travado entre a aristocracia local – que representava os condados, o “interior” da Inglaterra na Câmara dos Comuns – e a “corte”, representada basicamente pela igreja Anglicana e o rei.

Essa oposição entre localismo *versus* autoridade central, que pautaria parte significativa da história política inglesa, logo estava igualmente sendo a métrica de um sem-número de embates políticos na história norte-americana. A título de exemplificação, para a maioria dos escritores identificados com a tradição rural, o grande inimigo a ser combatido em meados do século XVIII era o Poder Executivo, sob a forma do gabinete de sir Robert Walpole.

A principal acusação dirigida pela tradição rural à corte era a de que o Executivo atuava no sentido de corromper não somente o Parlamento, mas igualmente a sociedade, com vistas à criação de um estado fiscal-militar para fomentar a guerra. A propósito, nada tão diferente assim do teor do famoso discurso de despedida do presidente Dwight D. Eisenhower, proferido em 17 de janeiro de 1961.

Em linhas gerais, a ideologia rural advogava medidas de redução e controle dos poderes da coroa e também pediam o reestabelecimento dos direitos do povo, em consonância com a Constituição inglesa.

Algumas das reformas apresentadas: defesa do direito ao voto para todos os homens adultos – até então estava circunscrito aos ricos proprietários de terras –, aumento significativo da liberdade religiosa e de imprensa, interdição ao acesso a assentos na Câmara dos Comuns aos apadrinhados do governo, criação de mecanismos de fiscalização e controle do Parlamento, estabelecimento de representação igualitária e subsequente expansão para maiores parcelas da sociedade e mandatos parlamentares de menor duração

O interessante, e talvez algo irônico, é que o conjunto de ideias e princípios da ideologia rural, ainda que jamais tenha sido a corrente

principal na política inglesa, acabou sendo recepcionado com força inaudita em território norte-americano. A ideologia rural, mais uma vez, com sua exortação à vida simples e aos valores do campo, casaria à perfeição com a criação de uma autoimagem nacional dos colonos, em contraste à sofisticação, esnobismo e decadência da metrópole. De tal sorte que, na primeira metade do século XVIII, nos inúmeros embates travados entre as assembleias coloniais e os governadores reais, a concepção rural da política inglesa era evocada à exaustão pelos colonos

Ainda com relação à autoimagem dos colonos, é oportuno destacar a influência de autores e ideias do republicanismo clássico. As versões inglesas, feitas por exemplo por Thomas Gordon, para os textos de Tácito e Salústio, contribuíram para a criação do útil paralelismo histórico traçado entre os cidadãos da antiga república romana e os colonos americanos, ambos, segundo essa concepção, “cidadãos-fazendeiros simples, que gozavam de liberdade e virtude arcádicas” (WOOD, 2013, p. 120).

A visão política adotada pelos colonos, nesse momento fundacional, poderia ser descrita como sendo, a um só tempo, *reacionária e radical*. Isso porque partia de uma interpretação idealizada do sistema político republicano do mundo antigo, mas igualmente advogava uma ruptura brusca com o sistema de crenças e valores atinentes à monarquia tais como: hierarquia, luxo, deferência etc

O processo de recepção dos ideais do republicanismo clássico casou à perfeição com a imagem europeia dos americanos: a de que eles eram pessoas simples, pautadas por um rígido senso de liberdade e igualdade. É interessante observar que os valores republicanos atuavam como uma espécie de argumento *ad hoc* na refutação de certo *self-hating* americano. Explico. Aquilo que até então era tratado como uma conjunção de traços de caráter rústico e provinciano dos colonos, de inequívoca valoração negativa, passou a ser ressignificado frente à lente de visão republicana como algo positivo, a ser celebrado.

Fazendeiros independentes não precisavam mais se considerar indivíduos primitivos, à margem da civilização europeia e do processo histórico. A partir de agora eles poderiam ser vistos como a personificação dos valores clássicos da tradição republicana. Não era pouco, você há de convir.

Após a adoção do governo republicano em 1776, a ideia central nos EUA era o rompimento irreversível com os antigos esquemas de patronato e poder das antigas monarquias. Mais que isso, se parte significativa da justificativa das monarquias residia na ideia de *ordem*, especificamente na manutenção da ordem social e política pelo monarca, a ideologia republicana invertia esse esquema. Isto é, a partir de agora a ordem deveria vir de baixo para cima, e não o contrário.

A ordem social deveria ser o desdobramento mais ou menos natural de um impulso popular, necessariamente baseado em *consenso* e *virtude*. Esse processo se daria a partir de uma disposição popular na renúncia de desejos pessoais em prol do que seria caracterizado como o “bem público”. Em outras palavras, a ênfase do republicanismo recaía agora em uma moralidade de coesão social e na dedicação zelosa ao bem-estar público.

Além de pautar as normas explícitas ou tácitas da vida pública, o ideal republicano que passou a ser celebrado nos EUA advogava a adoção de um inequívoco patriotismo por parte dos cidadãos da jovem república. O problema, no entanto, é que “patriota” nesse sentido não se referia apenas àqueles que se sentiam unidos por laços de afeição ao país. Significava uma espécie de *code word* para os cidadãos que não se encontravam presos a laços de dependência. Em outros termos, se referia à pequena classe de proprietários.

Em seu *Notes on the State of Virginia*, Thomas Jefferson argumentava, por exemplo, que os pequenos proprietários rurais eram “o povo escolhido por Deus”, além do grupo de cidadãos menos corruptíveis no experimento republicano. Como Wood recorda, “A celebração do fazendeiro

independente nos anos que se seguiram à revolução não era uma licença poética, mas um imperativo do governo republicano” (WOOD, 2013, p. 123).

Somente examinando esse período formativo da identidade nacional norte-americana que será possível compreender a formação do léxico e de alguns cursos de ação do movimento conservador do pós-Segunda Guerra nos EUA. Há, por exemplo, a célebre frase dita pelo pai-fundador do moderno movimento conservador norte-americano, William Buckley Jr., com relação à representatividade e sistemas políticos: "I'd rather entrust the government of the United States to the first 400 people listed in the Boston *telephone directory* than to the faculty of *Harvard University*."

É bem verdade que há um inegável sotaque populista⁸ na provocação de Buckley, mas ela se torna mais inteligível e coerente quando recordamos que, ainda no século XVIII, um aristocrata como Jefferson já argumentava à exaustão que até mesmo lavradores desprovidos de qualquer instrução formal poderiam ter tanto bom senso ou sensibilidade moral quanto qualquer membro da incipiente classe intelectual da época.

Ainda com relação ao debate liberais *versus* conservadores, é interessante situá-lo na *longa duração*, como uma espécie de desdobramento, adaptadas as circunstâncias, ou de um produto final, ainda que talvez acidental, de uma cadeia de causalidade iniciada na Convenção da Filadélfia, em 1776. Refiro-me aqui ao debate federalista *versus* antifederalista.

Antes de qualquer coisa, é importante apontar algumas das consequências geradas pela Constituição estabelecida nos Estados Unidos da América. A princípio, um governo forte no qual tanto o presidente quanto o Senado deteriam amplos poderes. Além disso, foi constituído um estado republicano unificado abrangendo uma enorme extensão territorial. No qual

⁸ É importante analisarmos a tradição populista norte-americana e como ela, ao longo da História, pautou e deu o compasso tanto do campo progressista quanto do campo conservador, no debate público. A obra de referência ainda é KAZIN, Michael. *The Populist Persuasion: an American History*. New York: Cornell University Press, 1995.

pretensamente todo o facciosismo e a diversidade de interesses da sociedade civil ficariam subordinados à autoridade central.

No entanto, ainda durante os debates sobre a ratificação, entre 1787 e 1789, os antifederalistas argumentavam que os federalistas estavam se comportando em completo desacordo com as noções mais básicas do republicanismo clássico. Isto é, a suposição normativa de que deveria haver uma sociedade pequena e homogênea em cada estado republicano. Além disso, acusavam o governo federal de concentrar poder de modo análogo a uma monarquia.

De acordo com os antifederalistas, não seria possível governar uma sociedade tão ampla e diversa sem que se recorresse à tirania. Eles alegavam ainda que a abrangência do governo nacional acabaria por sufocar a autonomia e a liberdade dos estados. Era, ao fim e ao cabo, um problema conceitual de *soberania*.

Assim como os britânicos utilizavam o argumento da soberania contra os colonos, ao argumentar que nenhuma sociedade poderia admitir a coexistência de dois Poderes Legislativos, os antifederalistas apontavam algo semelhante: a hipótese de que se havia uma Constituição suprema e soberana, logo ela invariavelmente entraria em conflito de interesses com as autonomias dos estados, o que precipitaria o solapamento desses últimos.

A resposta dos federalistas à objeção dos antifederalistas foi um brilhante *catch 22* retórico. Isto é, se o problema era o conceito de soberania, a estratégia discursiva adequada não seria negá-lo, e sim *transferi-lo* para o povo como um todo. O associativismo impregnado na cultura política norte-americana, do qual falava Alexis de Tocqueville, acabaria por viabilizar esse tipo de pensamento político.

Se os britânicos, por exemplo, brindavam o funcionamento da Câmara dos Comuns com razoável descaso, os americanos jamais cederam o poder soberano às instituições ou mesmo ao sistema político *stricto sensu*.

É de tal sorte que a concepção norte-americana de governo seria responsável pela criação de um arcabouço jurídico e político completamente

inédito. Isto é, mecanismos de controle tais como uma Constituição escrita imune a ingerências do Legislativo, o processo de ratificação constitucional e as convenções constituintes extraordinárias, dariam o tom de um governo pautado, de fato, pela ideia de soberania popular.

O argumento federalista não se referia à ideia básica de que o poder governamental era derivado do povo. Na verdade, argumentava que a soberania “sempre esteve no povo, e que o governo era apenas uma concessão popular limitada e temporária – outorgada a vários representantes governamentais durante um curto período e, por assim dizer, sujeita a devolução a qualquer tempo” (WOOD, 2013, p. 194).

Não é exagero argumentar que essa concepção de política e governo iria pautar todo o debate subsequente, e tudo aquilo que ficaria caracterizado como o pensamento conservador norte-americano do século XX.

Agora é importante que passemos ao pós-Segunda Guerra, momento no qual podemos observar um período histórico formativo para o moderno movimento conservador nos EUA.

O movimento conservador norte-americano no pós-Segunda Guerra e o Partido Republicano: articulações iniciais, status quo e ruptura

No começo da década de 1950 ocorria o nascimento gradual – ou por outra, a articulação – das três principais divisões do movimento conservador. Em primeiro lugar, havia os libertários, que criticavam aquilo que percebiam como a rápida marcha dos EUA rumo ao estatismo – uma espécie de antessala do socialismo. Sua agenda se organizava a partir de três pontos principais: apologia ao individualismo; defesa do livre-mercado e o combate às ações coercitivas e discricionárias do Estado, acima de tudo na forma do governo federal.

Em segundo lugar, havia os “tradicionalistas” – nomes como Russell Kirk, Richard Weaver, Peter Viereck e Robert Nisbet, por exemplo.

Acreditavam que estava em curso o declínio da Civilização Ocidental, acelerado por valores modernos como o relativismo e o secularismo. Os tradicionalistas advogavam a urgência moral na recuperação do sentido de absoluto presente nas religiões (sobretudo na cristã).

Por último, havia os anticomunistas – Whittaker Chambers, Frank Meyer e James Burnham, por exemplo. Boa parte desse grupo era formada por indivíduos que haviam sido radicais de esquerda em meados da década de 1930. Eram pessoas que, da época de progressistas, mantiveram uma *weltanschauung* pautada por uma ideia de cruzada ao que era lido como uma ameaça política, econômica e sobretudo cultural.

O fato é que não era natural, nem tampouco evidente, que ocorreria uma fusão a partir desses três segmentos. Todos possuíam particularidades que podiam ser lidas como diferenças irreduzíveis. É seguro afirmar que a aliança entre libertários, tradicionalistas e anticomunistas só obteve êxito porque estava circunscrita ao contexto político e cultural dos EUA do pós-Segunda Guerra. Isto é, à emergência da Guerra Fria.

É importante apontarmos não apenas as linhagens intelectuais e filosóficas do movimento conservador norte-americano, mas igualmente o contraste que havia diante desse conjunto abstrato de ideias e princípios e, em um plano mais concreto, o *establishment* Republicano no início da década de 1950. É possível, inclusive, traçar a partir daí um paralelo histórico revelador sobre os EUA do século XXI e o contexto no qual antecedeu e sucedeu a candidatura Trump.

Contar a história do movimento conservador norte-americano na década de 1950 é, antes de qualquer coisa, contar uma história sobre *frustração de expectativas*. Com a vitória presidencial do republicano Dwight Eisenhower, o movimento conservador, ainda que incipiente, possuía uma série de demandas políticas a serem atendidas com urgência. A primeira delas era o combate ativo, e eventual supressão, dos principais programas do New Deal de Franklin Delano Roosevelt.

Além disso, os conservadores advogavam que o governo federal deveria gastar com mais parcimônia, combater os “subversivos no governo”, se opor aos acordos travados com os russos em Yalta e libertar, *manu militari*, o Leste Europeu e a Ásia do jugo comunista.

O problema, no entanto, é que naquele momento o movimento conservador tinha que lidar com duas esferas distintas: a intelectual e a da política partidária convencional. Isto é, ao passo que havia cada vez mais consistência, articulação e força no plano intelectual, a política cotidiana ainda se encontrava razoavelmente apartada da agenda conservadora.

É de tal sorte, por exemplo, que Eisenhower assumiu a presidência dos EUA com a opinião de que o programa político dos conservadores era “pouco prático e irresponsável” (KABASERVICE, 2012, p. 14). Mais que isso, ele acreditava que em meados da década de 1950, a maior parte dos norte-americanos tolerava algum grau de intervenção econômica federal.

Aliás, havia a memória recente, ao menos para uma geração inteira de americanos, de que os programas sociais do New Deal foram responsáveis diretos pelo alívio financeiro e a segurança econômica de uma sociedade acometida pela Grande Depressão. Para Eisenhower, a supressão desses programas não seria uma atitude conservadora, e sim *radical*.

Comentando sobre isso com seu irmão mais velho Edgar, Eisenhower argumentara: “Should any political party attempt to abolish social security and eliminate labor laws and farm programs, you would not hear of that party again in our political history.” Além disso, prosseguia: “There is a tiny splinter group, of course, that believes that you can do these things”. Todavia, “their number is negligible and they are stupid” (idem).

Eisenhower classificava sua abordagem política ora como um “progressismo moderado”, ora como um “conservadorismo dinâmico”. De todo modo, a expressão pela qual sua agenda ficaria conhecida seria “Republicanism moderno”. Expressão criada, aliás, por Arthur Larson – secretário-assistente do Trabalho, durante seu governo. A propósito, em 1956, Larson publicaria um livro – talvez o mais adequado seja falar

manifesto – que rapidamente alçaria o status de best-seller: *A Republican Looks at His Party*, no qual posicionava o “Republicanism moderno” entre aquilo que era definido como *Old Guard Republican conservatism* (ideias e programas políticos de datavam de 1896) e o radicalismo associado ao New Deal, da década de 1930. Com o sucesso do livro, logo Larson se tornaria *speechwriter* do presidente Eisenhower.

Para Larson, Eisenhower reunia as melhores características do liberalismo e do conservadorismo norte-americanos. Ao mesmo tempo em que era um *fiscal conservative*, e considerava que o governo federal das últimas décadas era excessivamente hostil à livre-iniciativa, igualmente acreditava que os programas do New Deal deveriam ser “racionalizados” e “reformados”, mas de modo algum *extintos*.

Não à toa durante sua primeira discussão sobre orçamento, Eisenhower deixaria claro que suas prioridades seriam “moradias populares, conservação e a extensão do programa de segurança-social” (KABASERVICE, 2012, p. 15). Do mesmo modo, pontificava que os gastos sociais feitos pelo governo federal deveriam ter absoluta prioridade sobre os gastos militares.

Como ele apontava: “Every gun that is made, every warship launched, every rocket fired signifies, in the final sense, a theft from those who hunger and are not fed, those who are cold and are not clothed” (idem). Se considerarmos que essa é uma frase dita por um presidente dos EUA, e bem no início da Guerra Fria, em 1953, ela ganha mais força e uma carga simbólica ainda maior.

Se por um lado os liberais criticavam o “Republicanism moderno” como sendo uma tentativa canhestra de mimetismo da agenda social dos Democratas por parte dos conservadores, por outro lado o movimento conservador, à direita da própria administração Eisenhower, via Larson como um traidor, já que a seus olhos ele pretendia conferir a legitimidade do Partido Republicano às políticas do New Deal, uma apostasia imperdoável, é claro.

Também é sintomático que o político com maior estima do movimento conservador àquela altura, o senador Republicano pelo estado do Arizona, Barry Goldwater, havia se referido a Eisenhower como o responsável pela subversão das tradições mais básicas do Partido Republicano, além de “um mero papagaio do velho e decrépito New Deal de Harry S. Truman”.

Além de Goldwater, William Buckley, o principal responsável pela invenção do movimento conservador norte-americano no pós-Segunda Guerra, argumentava que o republicanismo de Eisenhower era excessivamente centrista, moderado, tímido e entediante. Mais que isso, Bill Buckley se apresentava como um revolucionário diante da ordem liberal vigente – que cortava à esquerda e à direita, segundo sua percepção, é bom frisar.

Se o moderno movimento conservador, organizado em torno de Bill Buckley e de sua *National Review*, se colocava em trincheiras diante do republicanismo moderado de Larson e Eisenhower, é importante destacar que havia mais gente clamando o manto da moderação e prudência conservadoras.

Ao longo dos anos Eisenhower, Republicanos moderados criaram uma organização batizada *Republican Advance* cujo principal propósito era prover uma filosofia coerente e moderna para o Partido Republicano, além de fornecer suporte a pesquisas e linhas de ação. A organização tinha como principal base de constituição intelectuais e acadêmicos, tais como: McGeorge Bundy, na época professor de Harvard, o cientista político de Cornell Clinton Rossiter, o poeta Peter Viereck e congressistas moderados como Jacob Javits, Kenneth Keating e até mesmo Richard Nixon.

A *Republican Advance* durou apenas poucos anos, mas durante sua existência seus principais intelectuais circulavam com grande frequência nas páginas da revista *Confluence* – inicialmente publicada em 1952 e editada por um jovem Henry Kissinger, então um jovem graduando de Harvard.

Os moderados da *Confluence* adotavam influências intelectuais de inequívoca matriz europeia: Burke, Disraeli e Metternich eram a santíssima trindade. A agenda política desse grupo estava circunscrita aos seguintes pilares: 1) defesa de uma ideia de coesão social; 2) ceticismo quanto à centralização do governo; 3) respeito pela tradição e 4) preferência por um progresso que fosse pautado por uma ideia de gradualismo. Além disso, repudiavam com veemência o senador Joseph McCarthy, sobretudo o macarthismo como fenômeno político, e possuíam uma atitude de distância e esnobismo intelectual diante do movimento conservador de Buckley e sua *National Review*. Para os intelectuais da *Confluence*, o movimento liderado por Buckley nutria uma espécie de fetiche pelo *laissez faire* do século XIX.

O grupo da *Confluence* não foi capaz de obter um impacto expressivo no debate público norte-americano, nem tampouco de imprimir sua própria identidade no incipiente movimento conservador de então, no entanto foi o responsável por prover o principal substrato intelectual da administração Eisenhower.

Para examinarmos os espaços de confluência presentes entre o movimento conservador e o Partido Republicano, é instrutivo examinarmos a Convenção Republicana de 1960, a título de exemplificação histórica. Naquele momento, eram discerníveis ao menos quatro correntes principais na disputa de poder intrapartidária: os progressistas, os moderados, os taftitas e os conservadores.

Antes de passarmos às correntes é importante um esclarecimento. Na maior parte do tempo as fronteiras entre esses grupos eram, para dizer o mínimo, borradas e porosas. Com grande frequência os dois primeiros eram conhecidos apenas como “moderados” e os dois últimos apenas como “conservadores”. De todo modo, há elementos distintivos passíveis de relevo analítico entre as quatro facções.

Os progressistas eram os que mais recebiam os holofotes da mídia. Também eram conhecidos como “Republicanos liberais”, suas principais influências políticas eram Theodore Roosevelt e os movimentos reformistas

do início do século XX. Os progressistas acreditavam no papel ativo do governo para a redução da desigualdade social e a indução do crescimento econômico. Os progressistas tinham mais força no nordeste dos EUA, e seu principal representante era o governador de Nova York, Nelson Rockefeller.

No início da década de 1960, os moderados representavam a sensibilidade política *mainstream* no Partido Republicano. Pode-se afirmar que era o *establishment* partidário acomodado à perfeição à administração Eisenhower – que aliás também poderia ser compreendida como um produto desse mesmo *status quo*.

Os moderados partiam de uma noção *disraeliana* de poder: isto é, a crença de que é imperativo colocar em consonância uma perspectiva política conservadora com a adoção de uma atitude de acomodação e conciliação com as mudanças sociais que pareçam, por assim dizer, inevitáveis.

No léxico dos moderados, *prudência* e *pragmatismo* eram expressões recorrentes. Além disso, eram reformistas que demonstravam alguma simpatia por parte significativa dos programas do New Deal e se colocavam em oposição aos chamados *small government conservatives*.

Com relação à política externa, os moderados tendiam a ser favoráveis a uma política externa que privilegiasse pautas de interesse nacional. No plano doméstico, conseguiam conciliar certo conservadorismo fiscal com uma agenda socialmente tolerante. Além disso, se concentravam basicamente em áreas urbanas na Costa Leste e no Meio Oeste.

A corrente taftita, a mais numerosa, possuía esse nome devido à influência do senador Republicano Robert A. Taft. A maior parte de sua composição regional estava circunscrita às pequenas cidades e áreas rurais do Sul e do Meio Oeste. Além disso, era basicamente constituída por indivíduos protestantes e de classe média.

Os taftitas também eram identificados com o chamado *small government conservatism*, uma vez que boa parte dos seus integrantes eram pequenos proprietários e comerciantes locais. Existia uma defesa dos princípios do livre-comércio, mas ao mesmo tempo não havia qualquer

purista do *laissez-faire*. Isto é, os taftistas eram hostis às grandes corporações e advogavam tarifas comerciais justas, quando não medidas abertamente protecionistas em benefício próprio.

A última corrente era a conservadora. Composta basicamente por americanos do Sul e do Oeste. Advogava uma política radical e militante tanto na esfera econômica, inequivocamente hostil à ação governamental, quanto na esfera cultural, no campo dos valores.

No início da década de 1960, era a facção minoritária. Mas como recorda Geoffrey Kabaservice, “(...) much like the Bolshevik Party in revolutionary Russia they claimed to speak for a majority (KABASERVICE, 2012, p. 25).

Além disso, os conservadores eram duramente rechaçados como radicais e insanos pelas demais facções do partido – o que acabava por reforçar neles um sentido de coesão e heroísmo sem igual.

A corrente conservadora também pregava a conversão integral do Partido Republicano em um partido conservador “puro sangue”. Se as elites partidárias lhes dessem ouvidos, eles argumentavam, seria factível atrair para sua órbita grupos minoritários tais como os católicos e os trabalhadores sulistas brancos.

Além disso, pontificavam que o New Deal deveria ser abolido em sua totalidade, uma vez que o interpretavam como algo completamente alienígena à cultura política norte-americana majoritária de ceticismo ao governo. Igualmente acreditavam que o liberalismo de intelectuais como Schlesinger poderia ser compreendido como uma espécie de antessala ao socialismo e ao comunismo.

No plano intelectual, essa corrente do Partido Republicano observava uma correspondência praticamente unívoca com os conservadores de Bill Buckley e de sua *National Review*. Ambos os grupos estavam de acordo, por exemplo, quanto à questão racial. Na maior parte do tempo se opunham com argumentos constitucionais à dessegregação, ocasionalmente em termos sutilmente racialistas.

Com efeito, um dos principais esforços empreendidos por Buckley, no sentido de inaugurar um pensamento conservador intelectualmente respeitável, foi se afastar politicamente dos elementos racistas e antissemitas que grassavam na direita norte-americana das primeiras décadas do século XX. O problema, entretanto, é que a reação do movimento conservador do pós-Segunda Guerra à luta pelos direitos civis, das décadas de 1950 e 1960, variava da mera indiferença à hostilidade declarada.

Com a existência de tantos grupos com agendas particulares, e ocasionalmente *antagônicas* – vide libertários e tradicionalistas, a propósito –, nada indicava que o movimento conservador norte-americano obteria sucesso em alcançar coesão, articulação e força na cena política norte-americana.

O próprio Partido Republicano, por outro lado, soava igualmente heterogêneo e faccioso. Como explicar então a ascensão dos conservadores, cujo ápice ocorreu durante a década de 1980, sob a administração Reagan?

Essa é uma longa história, adequada para outra ocasião e contexto. No entanto, aqui é importante observar o seguinte: a história do ingresso dos conservadores na estrutura partidária da máquina Republicana não deve ser lida como uma história de ascensão. O mais adequado seria interpretá-la como um arco narrativo de *ascensão e queda*.

A queda, aliás, está em curso – e de modo acentuado pelo menos desde 20 de janeiro de 2017. A campanha de Donald Trump se mostrou um fato histórico altamente disruptivo para a política partidária norte-americana. Foi a responsável pela implosão de duas das principais dinastias políticas dos EUA: Clinton e Bush.

Trump foi o primeiro Republicano a chamar a Guerra do Iraque de uma guerra *baseada em mentiras*. Uma afronta direta ao *establishment* de política externa norte-americana – de anuência suprapartidária, é importante frisar.

O fato é que a agenda política defendida na campanha Trump, por errática que soe, rompeu pelo menos três grandes bolhas da ortodoxia

Republicana: no plano econômico, no plano externo e com relação às políticas migratórias.

No plano econômico, a ideia de “nacionalismo econômico” colocou, pelo menos por ora, uma pá de cal no reaganismo baseado em uma concepção radical de livre mercado e desregulamentação.

No plano externo, está em curso um realinhamento na correlação de forças entre aliados e inimigos. É de tal sorte que um país como a Rússia, por décadas o principal nêmesis dos EUA, hoje compartilha afinidades eletivas com o gabinete da Secretaria de Estado do governo Trump.

Com relação às políticas migratórias, a atual administração representa uma drástica inflexão na política anterior de fronteiras abertas e ocasional anistia, praticada por Republicanos, com vistas às demandas dos seus principais doadores, membros do *big business* norte-americano.

À guisa de conclusão

No momento, é impossível fazer qualquer previsão segura acerca do futuro do movimento conservador e do Partido Republicano. No entanto, o que está claro é que, de um modo geral, o sistema político norte-americano está passando por uma *crise de confiança* – potencializada, entre outras coisas, pelos efeitos tóxicos do colapso financeiro de 2008 e das guerras no Afeganistão e no Iraque.

Quando William Buckley Jr. e os demais intelectuais da *National Review* criaram o moderno movimento conservador norte-americano no pós-Segunda Guerra, havia um acordo razoável diante de quais seriam os inimigos comuns a serem combatidos: a União Soviética, no plano externo, e os liberais de esquerda, no plano doméstico.

A equação era muito simples: o elitismo intelectual e cultural dos progressistas os havia insularizado diante do resto da sociedade – com consequências nefastas de curto, médio e longo prazo. A solução encontrada

à época aparentemente residia na adoção de um discurso de apelo populista, com flertes ocasionais de antiintelectualismo e radicalismo.

Não deixa de ser irônico, no entanto, que o processo de metástase em estágio avançado no qual se encontra não apenas o movimento conservador, mas igualmente a máquina Republicana como um todo, tenha sido precipitado não por seus antagonistas políticos costumeiros, mas sim pela própria radicalização, em uma espécie perversa de *reductio ad absurdum*, de algumas de suas premissas mais básicas e de seus princípios mais caros.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos*. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2015.
- BAILYN, Bernard. *The Origins of American Politics*. New York: Vintage Books, 1968.
- BELL, Daniel (ed.). *The Radical Right*. New Jersey: Transaction Publishers, 2008.
- BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley Jr. and the Rise of American Conservatism*. New York: Bloomsbury Press, 2011.
- BRINKLEY, Alan. The Problem of American Conservatism. *American Historical Review*. Volume 99, Edição 2, p. 409-429, Abril/1994.
- BROMWICH, David. *The Intellectual Life of Edmund Burke: From the Sublime and Beautiful to American Independence*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- BUCHANAN, Patrick J. *A Republic Not an Empire*. Washington: Regnery Press, 2002.
- _____. *Where The Right Went Wrong*. New York: St. Martin's Griffin, 2005.
- BUCKLEY Jr. William F. *God and Man in Yale: 50th Anniversary Edition*. Washington: Gateway Editions, 2001.
- CHAPPELL, David L. The Triumph of Conservatives in a Liberal Age. *A Companion to Post-1945 America*. Ed. Jean Christophe Agnew e Roy Rosenzweig (Malden, 2002), p. 303-327.

- DIGGINS, John Patrick (ed.). *The Liberal Persuasion: Arthur Schlesinger Jr., and the Challenge of the American Past*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- DOCHUK, Darren. Revival on the Right: Making Sense of the Conservative Moment in Post-World War II American History. *History Compass*, 4. p. 975-999, Setembro/2006.
- DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- EDSALL, Thomas B. *Building Red America: The New Conservative Coalition and the Drive for Permanent Power*. New York: Basic Books, 2006.
- EDWARDS, Lee. *The Conservative Revolution: The Movement That Remade America*. New York: The Free Press, 1999.
- EHRMAN, John. *The Rise of Neoconservatism*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- FRANCIS, Sam. *Shots Fired: Sam Francis on America's Culture War*. Virginia: FGF Books, 2006.
- GENOVESE, Eugene D. *The Southern Tradition: The Achievement and Limitations of an American Conservatism*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- GOLDMAN, Samuel. Interview conducted by Gabriel Romero Lyra Trigueiro. *Revista Estudos Políticos*: online journal published twice a year by the Laboratory for the Hum(e)an Studies (Laboratório de Estudos Hum(e)anos, Fluminense Federal University, Brazil.) Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 16-26, December 2015.
- GOULD, Lewis L. *Grand Old Party: A History of the Republicans*. New York: Oxford University Press, 2012.
- HARRIS, Ian. Burke and Religion. In: DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. New York: Cambridge University Press, 2012, [Edição Kindle].
- HARTMAN, Andrew. *A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- HARTZ, Louis. *The Liberal Tradition in America*. New York: A Harvest Book, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Massachusetts: Harvard University Press, 1970.

- _____. *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- HOFSTADTER, Richard. The Pseudo-Conservative Revolt. *American Scholar*. 24. p. 11-17, Inverno/1954-1955
- HULLIUNG, Mark (ed.). *The American Liberal Tradition Reconsidered: The Contested Legacy of Louis Hartz*. Kansas: University Press of Kansas, 2010.
- HUNTINGTON, Samuel P. "Conservatism as an Ideology". *The American Political Science Review* 51, n.2, pp.454-73, 6/1957.
- JUMONVILLE, Neil (ed.). *The New York Intellectuals Reader*. New York: Taylor & Francis Group, 2007.
- KALYVAS, Andreas; KATZNELSON, Ira. *Liberal Beginnings: Making a Republic for the Moderns*. New York: Cambridge University Press, 2008 (Kindle Edition).
- KATZNELSON, Ira. *Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our Time*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2013.
- KAZIN, Michael. *The Populist Persuasion: an American History*. New York: Cornell University Press, 1995.
- KIRK, Russell. *Enemies of the Permanent Things: Observations of Abnormity in Literature and Politics*. Illinois: Sherwood Sugden & Company, 1984.
- _____. *A Era de T.S. Eliot: A Imaginação Moral do Século XX*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- _____. *A Política da Prudência*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- KRISTOL, Irving. *Neoconservatism: The Autobiography of an idea*. Chicago: Elephant Paperback, 1999.
- LEVIN, Yuval. *The Great Debate: Edmund Burke, Thomas Paine and the Birth of Right and Left*. New York: Basic Books, 2014.
- LIND, Michael. *Made in Texas: George W. Bush and the Southern Takeover of American Politics*. New York: New America Books, 2003.
- MACIAG, Drew. *Edmund Burke in America: The Contested Career of the Father of Modern Conservatism*. Nova York: Cornell University Press, 2013 [Edição Kindle].
- MANENT, Pierre. *História Intelectual do Liberalismo: Dez Lições*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- MATTSON, Kevin. *Rebels All! A Short History of the Conservative Mind in Postwar America*. New Jersey: Rutgers University Press, 2008.

- MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MCALLISTER, Ted V. *Revolt Against Modernity: Leo Strauss, Eric Voegelin & the Search for a Postliberal Order*. Kansas: University Press of Kansas, 1995.
- MELZER, Arthur M. *et al* (ed.), *The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics*. New York: Rowman & Littlefield Publishers INC, 2003.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- MURPHY, Paul V. *The Rebuke of History: The Southern Agrarians and American Conservative Thought*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. New York: Basic Books, 1976.
- _____. *Reappraising the Right: The Past & Future of American Conservatism*. Wilmington: ISI Books, 2009.
- NAU, Henry R. *Conservative Internationalism: Armed Diplomacy under Jefferson, Polk, Truman and Reagan*. New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- NISBET, Robert. *The Quest for Community: A Study in the Ethics of Order & Freedom*. Delaware: Intercollegiate Studies Institute, 2010.
- OAKESHOTT, Michael. *On Being Conservative In: Rationalism in Politics and other essays*. Indianapolis: Liberty Fund, 1991.
- O'BRIEN, Conor Cruise. *The Great Melody: A Thematic Biography of Edmund Burke*. London: The University of Chicago Press, 1992.
- PERLSTEIN, Rick. Who Owns the Sixties? The Opening of a Scholarly Generation Gap. *Lingua Franca*. 6. p. 30-37, Maio/Junho, 1996.
- _____. *Nixonland: the Rise of a President and the Fracturing of America*. New York: Scribner, 2008.
- _____. *Before the Storm: Barry Goldwater and the Unmaking of the American Consensus*. New York: Nation Books, 2009.
- PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: A State of the Field. *Journal of American History*. 98.3. p.723-743, Dezembro/2011.
- QUINTON, Anthony. *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*. Londres: Faber and Faber, 1978.

- RAIMONDO, Justin. *Reclaiming the American Right: The Lost Legacy of the Conservative Movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2008.
- ROBIN, Corey. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. New York: Oxford University Press, 2011.
- ROSEN, Gary (ed.) *The Right War?* New York: Cambridge University Press, 2005.
- RUSHER, William A. *The Rise of the Right*. New York: Natl Review, 1984
- RYAN, Alan. *On Politics: A History of Political Thought from Herodotus to the Present*. Nova York: Liveright Publishing Corporation, 2012 [Edição Kindle].
- SCOTCHIE, Joseph. *Revolt from the Heartland: The Struggle for an Authentic Conservatism*. New Jersey: Transaction Publishers, 2004.
- SCHULTZ, Kevin M. *Buckley and Mailer: The Difficult Friendship that Shaped the Sixties*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.
- SCRUTON, Roger. *Como ser um Conservador*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- SKINNER, Quentin. *Liberty Before Liberalism*. New York: Cambridge University, 1998.
- STEINER, George. Aspects of Counter-revolution. In: BEST, Geoffrey (ed.). *The Permanent Revolution: The French Revolution and Its Legacy, 1789-1989*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. “Conservadorismo: perspectivas conceituais”. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)*. Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 86-107, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2015/12/Vol.6-N.1-p.86-107.pdf>.
- TRILLING, Lionel. *The Liberal Imagination*. New York: New York Review of Books, 2008.
- WEAVER, Richard. *As Ideias têm Consequências*. São Paulo: É Realizações, 2012.
- WOOD, Gordon S. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.
- _____. *Empire of Liberty: A History of the Early Republic, 1789-1815*. New York: Oxford University Press, 2009.
- _____. *The Idea of America: Reflections on the Birth of the United States*. New York: The Penguin Press, 2011.

ZELIZER, Julian E. Rethinking the History of American Conservatism. *Reviews in American History*. 38. p. 367-392, Junho/2010.